

BRASILIANAS

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



A legislação assegura ainda direitos a cães e gatos

Condomínios: protetores de animais ganham lei de apoio

A Câmara Legislativa promulgou uma norma que dá segurança jurídica para protetores de animais do Distrito Federal. A Lei 7.791/2025 garante o direito de cuidar de animais comunitários dentro de condomínios e áreas próximas. Em caso de descumprimento, os condomínios podem ser multados no valor de 10 a 50 salários mínimos.

De acordo com a nova regra, o animal comunitário é um cão ou gato em situação de rua, que estabelece laços de dependência e manutenção com uma comunidade, sem possuir um tutor único e definido.

O autor da proposta, deputado Ricardo Vale (PT), foi motivado por casos concretos. “Infelizmente, alguns protetores e cuidadores de animais estão sendo multados e processados por condomínios do Distrito Federal”, contou o parlamentar, em pronunciamento no Plenário da CLDF.

O descumprimento da lei pode levar ao recebimento de advertência e ao pagamento de multa proporcional ao número de animais atingidos e à capacidade financeira do infrator, variando de um a cinco salários-mínimos (pessoas físicas) ou de 10 a 50 salários-mínimos (pessoas jurídicas).

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Celina Leão assina contratação de estudos do VLT

GDF quer VLT entre Taguá e Ceilândia

O GDF deu um passo para a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) entre Taguatinga e Ceilândia. Na última quinta-feira (15), foi autorizada pela governadora em exercício Celina Leão a contratação dos estudos que vão embasar o futuro sistema de transporte coletivo.

O projeto prevê um traçado de aproximadamente 15 quilômetros, ao longo da Estrada Parque do Contorno (Pistão Sul e Norte) e da Avenida Hélio Prates, dois dos principais corredores de mobilidade da região.

Celina Leão destacou que o modal representa um investimento estratégico para o futuro do transporte público. “Hoje estamos acertando os estudos do VLT, que têm prazo máximo de 12 meses para serem elaborados. Enquanto isso, já iniciamos a conversa com bancos internacionais para fazermos o custeio dessa obra que vai requalificar todo centro. O projeto é que o VLT integre-se com o Metrô, com isso, vamos alcançar um maior número de pessoas embarcando. Posso garantir que essas cidades serão totalmente transformadas.

William França

‘Não podemos punir quem cuida’

A norma entrou em vigor em dezembro, quando foi promulgada pela Câmara Legislativa, após derrubada de veto do governador. “Essa lei é uma vitória histórica e justa. Não podemos punir os protetores, temos que proteger tanto os animais quanto quem cuida deles”, afirma Ricardo Vale.

A lei também concede aos protetores e criadores de animais a isenção de imposto distrital na compra de ração e no pagamento de serviços veterinários. Tal medida depende de regras a serem estabelecidas pelo Poder Executivo.

Ainda há garantias para pessoas em situação de rua, que passam a ter o direito de permanecerem com os seus animais, quando estiverem em abrigos e similares. Ano passado, foi criado um hotel social para pessoas em situação de rua, em funcionamento no SIA. O espaço conta com canil e ração para os animais dos hóspedes. Além de direitos e deveres dos protetores e cuidadores, a legislação assegura direitos a cães e gatos, como o acesso a atendimento veterinário.

Estudos começam em março

A concorrência eletrônica contempla a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) e dos anteprojetos de engenharia, com investimento previsto de R\$ 7.244.611,49. Essa etapa inicial é fundamental para avaliar se o novo modal é técnica, econômica e ambientalmente viável. A iniciativa busca ampliar a oferta de transporte público de alta capacidade, com mais conforto, eficiência e integração urbana.

A primeira etapa da licitação consiste justamente na realização dos estudos técnicos, que irão analisar alternativas de traçado, demanda de passageiros, custos de implantação, benefícios socioeconômicos e impactos ambientais do VLT. Com base nesses dados, será possível definir se o sistema é viável e qual o melhor modelo para sua implantação. Para o secretário de Obras e Infraestrutura, Valter Casimiro, o futuro sistema de transporte coletivo vai requalificar Taguatinga e Ceilândia: “O estudo já está pronto para ser contratado, é a continuidade do trabalho de requalificação.



Empresa Urbi repudiou os atos de vandalismo

Vandalismo em 57 ônibus no Distrito Federal

Secretaria de Mobilidade afirma que ato pode ter sido retaliação

Por Isabel Dourado

Na última quinta-feira (15), 57 ônibus da empresa Urbi, que operam no transporte público do Distrito Federal, foram danificados com pedras e bolas de gude. O caso ocorreu em garagens da empresa nas regiões de Samambaia, Recanto das Emas e Ceilândia. Imagens gravadas por passageiros e motoristas mostram janelas e portas quebradas. De acordo com relatos, passageiros e motoristas se machucaram e prestaram queixas em delegacias.

A governadora em exercício do Distrito Federal, Celina Leão, se manifestou sobre o caso em uma agenda oficial. “Nós não podemos aceitar esse tipo de vandalismo no Distrito Federal. Essa cidade tem gestor, tem governador, tem governadora. Um vandalismo, um ato repudiado por nós, pelo governo. A Secretaria de Segurança Pública está mobilizada e nós vamos chegar à autoria e pedir a punição, para que isso sirva de exemplo”, disse.

Celina Leão classificou os episódios como crime contra a coletividade. “Ônibus é equipamento público. Um crime como esse é um crime contra a coletividade. Se esses ônibus não estão em circulação, você tem uma queda no número de veículos na cidade”, disse. Em nota, a empresa Urbi repudiou os atos e citou que “essas ações colocaram em risco a vida de passageiros, motoristas e demais pessoas, além de impactarem diretamente a prestação de um serviço essencial à popu-

lação”. A empresa afirmou que está “colaborando integralmente com as investigações, fornecendo todas as informações necessárias para a apuração dos fatos e a responsabilização dos envolvidos”.

Em nota à imprensa, a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), informou que tem acompanhado de forma contínua todos os fatos desde o início do registro das ocorrências e que o trabalho está sendo conduzido de maneira integrada, com o objetivo de identificar a dinâmica dos crimes e apurar eventual conexão entre os fatos e responsabilizar os autores.

“As investigações estão a cargo das respectivas delegacias responsáveis pelas áreas onde os fatos ocorreram, todas atuando de forma coordenada, com acompanhamento do Departamento de Polícia Circunscrição e apoio da inteligência da PCDF”.

O gestor da Secretaria de Mobilidade do DF (Semob-DF), Zeno Gonçalves, afirmou que a ação foi orquestrada e que vários veículos foram atingidos por bolas de gude. “A Polícia agiu prontamente e nós já começamos a identificação desses criminosos, todos serão presos e agiremos com bastante rigor. Nós entendemos que isso é uma ação de retaliação em razão da demissão de três colaboradores e pode estar ligado a um grupo dissidente do Sindicato dos Rodoviários que por sinal repudiou por nota toda essa ação criminosa.” Até o momento ninguém foi preso.